



115ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA 2– 30 DE JUNHO DE 2016.

3 Aos trinta dias do mês de junho de 2016, às oito horas e vinte minutos, na sede da Secretaria de Ação Social,
4 sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, teve início a décima quinta Reunião Ordinária do Conselho
5 Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público,
6 representando o Fundo Social de Solidariedade, Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na
7 reunião quinze (15) conselheiros sendo cinco (05) do poder público e dez (10) da sociedade civil, com os
8 seguintes **Conselheiros titulares:** Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Sônia Regina Barbosa Quirino, Márcio
9 Henrique Silva Nalini, Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão,
10 Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Josiane
11 Aparecida Antunes de Campos e Andréia Maria Ribeiro Silva. **Conselheiros suplentes:** Cláudia Maria Moreira
12 Faggione de Paula, Elenir Rodrigues Cintra Malta, José Carlos Gomes e Vilma Aparecida A. Faria Garcia.
13 **Conselheiros na titularidade:** Daniela Leal Ramos. Participaram da reunião 16 convidados. **Assuntos:** 4.1 –
14 **Parecer sobre Alteração no Plano de Ação Governo Federal – 2016; 4.2 – Definição da Comissão sobre a**
15 **15ª Audiência Pública do CMAS; 4.3 – Processo 43183/2014 – Encaminhado ao CMAS para Parecer sobre**
16 **Projeto Social - Voluntárias da Saúde; 4.4 – Deliberação sobre Ofício nº 43/2016 - LASEP. 5. Informes:**
17 **5.1 - Relato sobre a participação das conselheiras no Encontro Regional CONSEAS; 5.2 - Pleito Eleitoral**
18 **2016 – Candidatos Habilitados e não Habilitados; 5.3 – Comissão de Orçamento – Devolutiva sobre**
19 **participação na Audiência Pública LDO 2017; 5.4 - Núcleo de Cidadania Ativa da UNESP – Parecer**
20 **Juridico nº 02 e Proposta para formações que serão realizadas pelo Núcleo; 5.5 – Consulta Pública sobre**
21 **anteprojeto Lei do SUAS – Estado de São Paulo – até 09 de julho; 5.6 - Ofício Circular nº 205/2016 –**
22 **SEDAS – orientações sobre Prestações de Contas – 2016; 5.7 – Lembrete Reunião Extraordinária do**
23 **CMAS - dia 07 de julho às 8h ; 5.8 - Reunião preparatória PMAS WEB 2017- realizada no dia 29 de**
24 **junho, participação da Secretária Executiva Maria Amélia; 5.9 – Convite – 1º Encontro de CCIs – 05/07 –**
25 **8h às 11h – Secretaria de Educação.** O Presidente Márcio iniciou a reunião apresentando as justificativas de
26 ausência dos seguintes conselheiros: Geisla, Érika, Rutinéia, Juliana, Geraldine e Martha. Logo após passou à
27 leitura da pauta, que foi aprovada. Dando seguimento, Márcio solicitou que a Secretária Executiva Maria
28 Amélia fizesse a leitura da ata da 14ª Reunião Ordinária do CMAS, que também foi aprovada com a solicitação
29 de correções nas linhas 21, 52 e 93. O presidente fez uma ressalva informando que havia conversado com
30 membros da diretoria da INFACAPE e foi solicitada a extensão do prazo de entrega do Plano de Ação para além
31 do dia 30 de junho, pois eles estão aguardando o Edital de Chamamento Público, para poder apresentá-lo.
32 Márcio solicitou a manifestação do colegiado sobre essa questão. A conselheira Sonia disse que por ocasião da
33 visita à entidade VOSF, a coordenação também manifestou interesse em participar do chamamento público e foi
34 orientada a apresentar ofício solicitando ampliação do prazo para entrega do Plano de Ação. Maria Amélia



35explicou que a Entidade encaminhou um ofício que deverá **ser** discutido na Reunião do dia 07 de julho na
36apresentação do parecer das visitas. Tina considerou sensata a orientação do Márcio, pois não é papel do
37conselho encerrar as inscrições das Entidades e sim discutir alternativas para a retomada dos serviços,
38programas e projetos interrompidos. A conselheira Jane lembrou que o chamamento público para os serviços de
39convivência não é novo e que essas entidades poderiam já ter atendido ao chamamento no ano passado, pois a
40população já estaria sendo atendida há seis meses. Alguns conselheiros pontuaram as dificuldades encontradas
41por algumas entidades para atender ao chamamento público, inclusive com relação às regiões definidas para
42instalação dos serviços. Tina disse que o espaço que a entidade oferece para executar o serviço também deveria
43ser considerado. Clóves complementou que a INFACAPE prestou um serviço de ótima qualidade. Finalizadas as
44discussões, o Conselho definiu **por** aguardar o Plano de Ação dessas entidades até o final do mês de julho,
45devendo deliberar antes da posse do novo colegiado. Na sequência passou-se ao primeiro assunto da reunião
46item **4.1 – Parecer sobre Alteração no Plano de Ação Governo Federal – 2016**. Sandra explicou que o Plano
47de Ação já foi aprovado pelo Conselho, porém houve um erro por parte do Ministério de Desenvolvimento
48Social e Agrário – MDSA, que não inseriu as informações do segundo CREAS do município. Assim o órgão
49gestor fez essa alteração de ampliação de meta e de cofinanciamento federal para o Serviço de Proteção e
50Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, em razão da instalação do segundo CREAS, que
51agora precisa ser aprovada pelo Conselho por meio de parecer. Daniela questionou se a equipe técnica do
52CREAS será adequada, pois o atendimento realizado pela unidade às crianças e famílias inseridas no Serviço de
53Acolhimento para Crianças e Adolescentes está prejudicado por falta de equipe técnica. Sandra explicou que
54essa questão deve ser pontuada junto a Diretoria de Proteção Social Especial. O colegiado definiu então que
55Daniela deverá formalizar essa situação em relação à equipe técnica pedindo esclarecimento aos responsáveis e
56posteriormente apresentando a todo colegiado, considerando que a mesma é coordenadora do referido serviço.
57Após as discussões os conselheiros deliberaram pelo parecer favorável à alteração no Plano de Ação. Na
58sequência passou-se ao segundo assunto da reunião item **4.2 – Definição da Comissão sobre a 4ª Audiência**
59**Pública do CMAS**. Enquanto membro da comissão, Márcio disse que a proposta inicial do conselho seria a de
60realizar duas Audiências Públicas neste ano, uma no final do mês de julho e outra em novembro, dividindo por
61proteção, porém em razão da aprovação da reformulação da lei do Conselho e da Renovação Geral do
62Colegiado, a comissão definiu que não será possível realizá-la neste mês de julho, ficando assim acordado com
63o colegiado. Houve então, uma proposta da Comissão de que a Audiência Pública fosse realizada em dois dias
64no final do ano, porém esta proposta deverá ser discutida pelo novo colegiado. Na sequência passou-se ao
65terceiro assunto da reunião item **4.3 – Processo 43183/2014 – Encaminhado ao CMAS para Parecer sobre**
66**Projeto Social - Voluntárias da Saúde**. Maria Amélia enfatizou que o processo está em trânsito desde 2010, e
67se trata de uma cessão de área solicitada pela instituição à prefeitura. Maria Amélia citou o decreto municipal nº
689220 de 22 de janeiro de 2009, no qual está previsto como documento obrigatório a ser apresentado pela



69 entidade solicitante, uma resolução com o parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, aprovando o
70 projeto social da Entidade. Márcio acrescentou que em outro caso semelhante, o Conselho informou que só se
71 manifesta sobre a aprovação de Planos e Projetos de Entidades que sejam de Assistência Social ou que executem
72 serviços, programas e projetos da política de assistência social. Ficando definido pelo colegiado encaminhar
73 essa mesma resposta. Márcio salientou que o decreto impõe essa necessidade de aprovação por parte do
74 Conselho, mas abre ressalva de que a Prefeitura pode deixar de exigir essa providência. Tina observou que a
75 partir de 2009, com a aprovação da Lei 12.101, o Conselho se restringe especificamente à política de assistência
76 social, que até então abrangia todos assuntos, e a partir dessa data não compete mais ao Conselho de Assistência
77 analisar serviços de saúde, educação e outros. Dando continuidade, passou-se ao quarto assunto da reunião item
78 **4.4 – Deliberação sobre Ofício nº 43/2016 – LASEP.** Maria Amélia fez a leitura do ofício e Márcio lembrou
79 que anteriormente a LASEP já havia informado ao conselho sobre as dificuldades de localizar um espaço na
80 região norte, indicada pelo chamamento. Disse então, que a entidade somente encontrou um local adequado para
81 instalar o serviço de centro dia do idoso na região centro. Josiane questionou se, ainda assim, continuarão
82 buscando um local na região norte. Márcio explicou que eles já possuem um espaço cedido pela Prefeitura,
83 naquela região, porém aguardam as reformas necessárias. Sem mais questionamentos o colegiado acatou a
84 informação, salientando a importância do acompanhamento do serviço. Sem mais assuntos passou-se então aos
85 informes. O item **5.1 - Relato sobre a participação das conselheiras no Encontro Regional CONSEAS.**
86 Maria Amélia disse participou do encontro enquanto Secretária Executiva do CMAS juntamente com as
87 conselheiras, Tina e Cláudia e representando o Órgão Gestor, Jane Lellis. Esclareceu que uma das atribuições do
88 CONSEAS é orientar os Conselhos Municipais e, assim, periodicamente realiza esses Encontros
89 Macrorregionais. Maria Amélia destacou que nesse encontro foram apresentadas orientações sobre o papel dos
90 conselhos e conselheiros, sobre a instância de controle social e a importância das capacitações e dos
91 conselheiros se apropriarem das legislações e normativas para o exercício de suas atribuições. Foi discutido
92 também sobre o Plano Decenal do MDS que acabou de ser aprovado pelo Conselho Nacional. Ressaltou que o
93 município também deve elaborar o seu Plano Decenal, devendo ser aprovado pelo CMAS. Disse que foi
94 apresentado um modelo de Plano de Ação do Conselho, com a sugestão de que todas as comissões também
95 tenham seus planos. No segundo momento do encontro houve a apresentação de um conselheiro do CONSEAS,
96 Vinícius, que trouxe informações sobre os Indicadores de Desenvolvimento dos Conselhos. Os indicadores
97 possuem três dimensões: estrutura física, composição e dinâmica de funcionamento. Maria Amélia informou
98 que a pontuação é de 1 a 5, sendo 5 a nota máxima. Disse que a pontuação do município de Franca, está entre 3
99 e 4 de acordo com o Censo SUAS de 2014. Foi informado ainda que futuramente o ID Conselho irá interferir no
100 cofinanciamento estadual e federal. Tina complementou que é preciso pensar na nossa realidade, que ainda
101 temos muito a caminhar e refletir sobre o que é necessário fazer para avançar. Jane enfatizou que os
102 conselheiros precisam se apropriar da Política de Assistência Social para que exerçam a sua função de forma



103 mais efetiva. Em seguida, passou-se ao **item 5.2 - Pleito Eleitoral 2016 – Candidatos Habilitados e não**
104 **Habilitados**. Maria Amélia disse que as inscrições haviam se encerrado no dia 24, tendo sido prorrogadas as
105 inscrições apenas dos trabalhadores até o dia 29. Afirmou que neste dia 30 foi publicada a Resolução nº 13/2016
106 de Deferimento e Indeferimento das Candidaturas, que foi lida para o colegiado. Lembrou que o prazo para
107 recursos é do dia 01 a 05 de julho. Aproveitou o momento para apresentar uma proposta da comissão a respeito
108 da data da Assembleia de Usuários, prevista para o dia 19 de julho às 18h, porém nesse mesmo dia e horário
109 acontecerá o evento da Tocha Olímpica no município. Assim foi proposto o adiamento da Assembleia de
110 Usuários para dia 20 de julho, mantendo o mesmo horário e local. Aprovado pelo colegiado, foi definido que
111 seja feita uma resolução para formalizar essas datas das Assembleias e divulgado a todos os candidatos. Passou-
112 se então para o item **5.3 – Comissão de Orçamento – Devolutiva sobre participação na Audiência Pública**
113 **LDO 2017**. O conselheiro Clóves participou da audiência pública e afirmou que o orçamento foi baseado no
114 ano de 2016, com reajuste médio da inflação. Disse que já foi apresentada pela Secretaria de Ação Social, uma
115 primeira proposta à comissão de orçamento, referente aos pisos para os serviços executados pelas Entidades.
116 Disse ainda que a Câmara tem 1,2% garantido como orçamento impositivo. José Carlos disse que a comissão de
117 orçamento e articulação política está agendando uma reunião com a comissão de Vereadores para levar
118 sugestões de melhoria do orçamento da assistência social. Será proposto que parte do recurso do orçamento
119 impositivo da Câmara seja repassado ao Fundo Municipal de Assistência Social ou que seja remanejado de
120 alguma outra secretaria. José Carlos pediu para que aqueles conselheiros que tivessem contato com algum
121 vereador, que já fossem articulando para que realmente esse recurso seja repassado para o Fundo, pois é uma
122 necessidade do conselho para alcançar mais essa meta. Posteriormente foram feitos questionamentos e
123 ponderações sobre a forma como a proposta de orçamento da Secretaria é apresentada para a comissão, sem
124 discussão prévia, com valores já pré definidos de reajustes. Salientou-se a importância de participação do
125 conselho nesta definição do orçamento. Jane explicou que o orçamento precisa ser discutido a partir da
126 identificação das demandas, de novos serviços, ampliações e necessidades. Tina lembrou que foi apontado pelo
127 conselho a adequação da Casa de Acolhida Filhos Prediletos como ação prioritária para 2017. Outras discussões
128 foram feitas com relação ao custo dos serviços e a importância de estabelecimento de critérios que definam o
129 valor real e adequado. Alguns conselheiros pontuaram sobre algumas exigências que são atribuídas às entidades
130 nos chamamentos públicos, enquanto que as unidades públicas não estão cumprindo as normativas. Jane propôs
131 que seja marcada uma reunião especificamente para essa discussão e esclarecimento. Elenir disse que as
132 entidades precisam ser ouvidas. Daniela sugeriu que o novo colegiado exija a participação do CMAS no
133 orçamento, pois está previsto em lei e é uma função do conselho e destacou a importância de capacitação dos
134 conselheiros para essa discussão de orçamentos. Finalizadas essas discussões, Márcio sugeriu que fosse dada a
135 sequência aos informes da pauta, Assim, passou-se ao item **5.4 - Núcleo de Cidadania Ativa da UNESP –**
136 **Parecer Jurídico nº 02 e Proposta para formações que serão realizadas pelo Núcleo**. Mediante o adiantado



137da hora, Márcio sugeriu que fosse apresentado somente o Parecer Jurídico e que a proposta da comissão ficasse
138para a próxima reunião ordinária. Tina sugeriu que fosse inserido na próxima reunião como assunto, e não
139somente em informe. Adolfo, explicou que foi solicitado ao Núcleo de Cidadania que fizesse um parecer a
140respeito do papel do conselho no processo de chamamento público, por isso apresentaram o parecer que foi
141socializado com todos os conselheiros. Disse que a conclusão do parecer é de que de fato o chamamento é um
142ato da administração pública, ou seja, é prerrogativa da administração, porém não existe impedimento de que o
143conselho participe da elaboração desse edital. Disse que o papel do conselho é de fiscalizador, devendo analisar
144se o edital está dentro das normativas, e caso não esteja, pode ser questionado por meio judicial. Márcio então
145passou ao item **5.5 – Consulta Pública sobre anteprojeto Lei do SUAS – Estado de São Paulo – até 09 de**
146**julho**. Tina recomendou que todos estejam atentos a esse anteprojeto para que seja adequado também aqui na
147nossa cidade. Jane propôs que seja feito um grupo para discutir e fazer uma contribuição a essa consulta pública.
148Mediante essa proposta os interessados tentarão **organizar um** horário para essa discussão e irão socializar com
149todos. Passou-se então a leitura do item **5.6 - Ofício Circular nº 205/2016 – SEDAS – orientações sobre**
150**Prestações de Contas – 2016**. Em seguida o **5.7 – Lembrete Reunião Extraordinária do CMAS - dia 07 de**
151**julho às 8h**, foi lembrado que os relatórios das visitas às entidades deverão ser encaminhados antes da reunião
152para a apresentação dos mesmos. O informe **5.8 - Reunião preparatória PMAS WEB 2017- realizada no dia**
153**29 de junho, participação da Secretária Executiva Maria Amélia**, ficou para ser apresentado na próxima
154reunião. Finalizando o item **5.9** tratou do **Convite para o 1º Encontro de CCIs**, que será realizado dia 05/07
155das 8h às 11h na Secretaria de Educação. Clóves se dispôs a ir como representante do CMAS. Fernanda pediu
156mais informações a respeito desse encontro, quais objetivos e assuntos tratados e ficou decidido que será
157encaminhado posteriormente aos conselheiros por email. Finalizados todos os assuntos e informes e nada mais
158havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e vinte minutos e eu, Maria Amélia Faciroli Vergara,
159secretária executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será anexada à lista de
160presença dos conselheiros participantes.